



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

**DECRETO Nº 9.739, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020**

Regulamenta a Assistência Pré-Escolar devida aos servidores públicos, no âmbito do Poder Executivo, de que trata o art. 111 da Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 281 da Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, e tendo em vista o disposto no Processo nº 202000005006853,

**DECRETA :**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a concessão da Assistência Pré-Escolar de que trata o art. 111 da Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020.

Art. 2º A Assistência Pré-Escolar alcançará o dependente situado na faixa etária compreendida de 6 (seis) meses a 5 (cinco) anos de idade ou que seja pessoa com deficiência e será concedida ao servidor que perceba remuneração ou subsídio no valor de até R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)..

§ 1º Consideram-se dependentes para efeito da Assistência Pré-Escolar o filho e o menor sob guarda ou tutela do servidor, o que deve ser comprovado com a apresentação da certidão de nascimento ou dos respectivos termos.

§ 2º No caso de dependente que seja pessoa com deficiência, não será considerada a idade cronológica, desde que seu desenvolvimento biológico, psicossocial e motor corresponda à idade mental relativa à faixa etária prevista no caput deste artigo, com a devida comprovação pela Junta Médica Oficial do Estado.

§ 3º Na hipótese de ambos os genitores, os guardiães ou os tutores serem servidores estaduais, o benefício será pago somente a um deles.

§ 4º Se houver acumulação legal de cargos, o benefício será pago em correspondência a apenas um dos cargos ocupados pelo servidor, sem prejuízo da aplicação do limite remuneratório previsto no § 3º deste artigo.

Art. 3º A Assistência Pré-Escolar será concedida ao servidor que:

I – perceber remuneração ou subsídio no valor inferior ou igual a R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais);

II – tiver filho ou menor sob sua guarda ou tutela, com idade entre 6 (seis) meses e 5 (cinco) anos ou pessoa com deficiência, nos termos do § 2º do art. 2º deste Decreto;

III – tiver dependente devidamente matriculado em instituição pública ou privada com autorização de funcionamento regular: creche, instituição de educação infantil ou especializada no atendimento a pessoa com deficiência; e

IV – não receber benefício de igual natureza em outro órgão da administração direta, em autarquia, fundação, empresa pública, sociedade de economia mista, inclusive suas subsidiárias, ou sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo poder público municipal, estadual ou federal, bem como na iniciativa privada.

Parágrafo único. Na hipótese de divórcio ou separação judicial, o benefício será pago ao servidor que mantiver a criança sob sua guarda ou tutela e, no caso de guarda compartilhada, será aplicado o disposto no § 3º do art. 2º deste Decreto.

Art. 4º O servidor interessado deverá solicitar o benefício na unidade setorial de gestão e desenvolvimento de pessoas do seu órgão ou da sua entidade de lotação, em formulário próprio definido pelo órgão central de gestão e desenvolvimento de pessoas.

§ 1º A solicitação do benefício deverá conter os seguintes documentos:

I – cópia da Certidão de Registro Civil e do CPF do servidor;

II – cópia da Certidão de Nascimento do dependente, do Termo de Guarda ou Tutela, quando necessário, e do cartão de vacinação do dependente;

III – cópia do laudo médico emitido pela Junta Médica Oficial do Estado, caso o dependente seja pessoa com deficiência;

IV – declaração em papel timbrado da creche, instituição educacional com autorização de funcionamento regular, ou da instituição dedicada a pessoas com deficiência em que o dependente esteja matriculado; e

V – declaração de que o dependente não seja favorecido por benefício de igual natureza em outro órgão da administração direta, autarquia ou fundacional, empresa pública, sociedade de economia mista, inclusive suas subsidiárias, ou sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo poder público municipal, estadual ou federal, bem como na iniciativa privada.

§ 2º A declaração a que se refere o inciso V do § 1º será emitida pelo órgão, pela entidade ou pela empresa em que o cônjuge exerça suas atividades.

Art. 5º Compete à unidade setorial de gestão e desenvolvimento de pessoas de cada órgão e entidade da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional:

I – promover a divulgação do benefício aos servidores;;;

II – analisar os documentos enumerados nos incisos I a V do parágrafo § 1º do art. 4º deste Decreto;

III – verificar o preenchimento dos requisitos estabelecidos nos incisos de I a IV do art. 3º deste Decreto;

IV – incluir o benefício na folha de pagamento do servidor, com a indicação da data inicial e da final, bem como efetuar a suspensão ou a exclusão nos casos previstos neste Decreto;

V – aprovar, para a manutenção do benefício, a transferência do dependente de uma instituição para outra, nos termos do art. 10 deste Decreto; e

VI – responder às indagações dos beneficiários.

Art. 6º Compete ao órgão central de gestão e desenvolvimento de pessoas monitorar a concessão do benefício.

Parágrafo único. O órgão central de gestão e desenvolvimento de pessoas, a qualquer momento, poderá requisitar informações e/ou documentos à unidade setorial de gestão e desenvolvimento de pessoas.

Art. 7º O valor referente à Assistência Pré-Escolar será lançado diretamente, a esse título, como parcela indenizatória na remuneração mensal do servidor beneficiário.

Parágrafo único. A Assistência Pré-Escolar não será incorporada ao vencimento, ao subsídio, à remuneração, aos proventos ou à pensão, bem como não será considerada no cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 8º O pagamento da Assistência Pré-Escolar será suspenso:

I – durante o período de gozo, por parte do servidor beneficiário, de qualquer licença ou afastamento não remunerado;

II – quando não for apresentada a declaração de que trata o inciso IV do § 1º do art. 4º deste Decreto;

III – quando não for atendido o disposto no art. 10 deste Decreto; e

IV – mediante requerimento do servidor beneficiário dirigido à unidade setorial de gestão e desenvolvimento de pessoas.

Parágrafo único. A declaração referida no inciso II deste artigo, fornecida em papel timbrado e assinada pelo responsável da instituição de ensino público ou privada em que o dependente do beneficiário esteja matriculado, deverá ser entregue na unidade setorial anualmente, até o dia 30 de janeiro de cada exercício.

Art. 9º O benefício da Assistência Pré-Escolar será excluído da folha de pagamento do beneficiário:

I – quando o servidor passar para a inatividade;

II – em caso de falecimento do servidor ou de seu dependente beneficiário;

III – no mês subsequente àquele em que o dependente completar 5 (cinco) anos de idade cronológica ou mental, ocasião em que o servidor beneficiário deverá, sob pena de devolução dos valores, informar esse fato à unidade setorial em até 5 (cinco) dias úteis; e

IV – quando constatada fraude na obtenção do benefício.

Parágrafo único. A exclusão por fraude será precedida de procedimento administrativo, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, e sujeitará o responsável a sanções penais e demais cominações legais cabíveis, sem prejuízo da devolução dos valores aos cofres públicos.

Art. 10. A transferência do dependente de uma instituição para outra deverá atender ao disposto no inciso III do art. 3º deste Decreto, com a aprovação da unidade setorial de gestão e desenvolvimento de pessoas de cada órgão ou entidade, para a manutenção do benefício.

Art. 11 O servidor cedido requisitado pelos para os poderes legislativo e judici ou as entidades da uni dos munic do distrito federal ainda outras unidades federa ter benef mantido se forem atendidas todas condi previstas neste decreto.

Art. 12. O valor mensal da Assistência Pré-Escolar fixado no § 1º do art. 111, da Lei nº 20.756, de 2020, poderá ser atualizado, por ato do Chefe do Poder Executivo estadual, pelo índice oficial de inflação.

Art. 13. O servidor que, no momento da publicação deste Decreto, fizer jus ao benefício auxílio-creche, referido pelo art. 169-A da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, será automaticamente migrado para o benefício denominado Assistência Pré-Escolar..

Parágrafo único. Para a continuidade do pagamento previsto no caput, o servidor deverá comprovar junto à unidade setorial, no prazo de 30 (trinta) dias, os requisitos previstos no art. 3º, bem como entregar cópia da documentação prevista no art. 4º deste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados o decreto nº 8.056, de 18 de dezembro de 2013 e o Decreto nº 8.720, de 8 de agosto de 2016.

Goiânia, 27 de outubro de 2020; 132º da República..

*Este texto não substitui o publicado no D.O. de 28-10-2020.*

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Lei Ordinária Nº 20.756 / 2020 Decreto Numerado Nº 8.056 / 2013 Decreto Numerado Nº 8.720 / 2016
	<p> Agência Brasil Central - ABC  Agência Estadual de Turismo - GOIASTURISMO  Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER  Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA  Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - GOÍASGÁS  Agência Goiana de Habitação S.A. - AGEHAB  Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA  Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR  Agência de Fomento do Estado de Goiás S.A. - GOÍASFOMENTO  Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO  Centrais de Abastecimento de Goiás S.A.  Centro Cultural Oscar Niemeyer  Comitê Estadual Socioeconômico de Enfrentamento ao Coronavírus COVID-19  Companhia CELG de Participações  Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos  Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás  Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás  Conselho Administrativo Tributário  Conselho Deliberativo do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás  Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás  Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios  Conselho Estadual da Juventude  Conselho Estadual da Mulher  Conselho Estadual de Assistência Social  Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia  Conselho Estadual de Cultura  Conselho Estadual de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia  Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agropecuário  Conselho Estadual de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Combate ao Preconceito  Conselho Estadual de Educação  Conselho Estadual de Esporte e Lazer  Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Concessões  Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais  Conselho Estadual de Mineração, Recursos Minerais e Geologia  Conselho Estadual de Políticas Salariais e Recursos Humanos  Conselho Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado de Goiás  Conselho Estadual de Saneamento  Conselho Estadual de Saúde  Conselho Estadual de Saúde Animal  Conselho Estadual de Segurança Alimentar Nutricional  Conselho Estadual de Segurança Pública  Conselho Estadual de Trabalho  Conselho Estadual de Trânsito  Conselho Estadual de Turismo  Conselho Estadual do Meio Ambiente  Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente  Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa  Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência  Conselho Estadual dos Recursos Hídricos  Conselho Superior de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços do Estado de Goiás  Conselho de Alimentação Escolar  Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás  Conselho de Excelência das Unidades Públicas Hospitalares Gerenciadas por Organizações Sociais  Conselho de Governo  Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção  Controladoria-Geral do Estado - CGE  Corpo de Bombeiros - BOMBEIROS  Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos  Câmara de Gestão Fiscal  Câmara de Gestão de Gastos  Defensoria Pública do Estado de Goiás - DPEGO </p>

Órgãos Relacionados

Defesa Civil  
 Delegacia-Geral da Polícia Civil - DGPC  
 Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN  
 Diretoria-Geral de Polícia Penal - DGPP  
 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG  
 Fundo Constitucional de Transportes  
 Fundo Especial de Apoio ao Combate à Lavagem de Capitais e às Organizações Criminosas  
 Fundo Especial de Esporte e Lazer  
 Fundo Especial de Pagamento dos Advogados Dativos e do Sistema de Acesso à Justiça  
 Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás  
 Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário  
 Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas dos Municípios  
 Fundo Estadual de Assistência Social  
 Fundo Estadual de Infraestrutura  
 Fundo Estadual de Saúde  
 Fundo Estadual de Segurança Pública  
 Fundo Estadual do Centro Cultural Oscar Niemeyer  
 Fundo Estadual do Meio Ambiente  
 Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Militar  
 Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência do Servidor  
 Fundo Penitenciário Estadual  
 Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A.  
 Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás  
 Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais  
 Fundo de Manutenção e Reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Estado  
 Fundo de Modernização da Administração Fazendária  
 Fundo de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
 Fundo de Participação e Fomento a Industrialização do Estado de Goiás  
 Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás  
 Goiás Previdência - GOIASPREV  
 Goiás Telecomunicações S.A.  
 Governadoria  
 Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira  
 Indústria Química do Estado de Goiás - IQUEGO  
 Instituto Mauro Borges de Pesquisa e Política Econômica - IMB  
 Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO  
 Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG  
 Metrobus Transporte Coletivo S.A. - METROBUS  
 Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO  
 Organização das Voluntárias de Goiás - OVG  
 Poder Executivo  
 Polícia Militar - PM  
 Polícia Técnico-Científica - PTC  
 Procuradoria-Geral do Estado - PGE  
 Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO  
 Secretaria de Estado da Administração - SEAD  
 Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA  
 Secretaria de Estado da Casa Civil - CASA CIVIL  
 Secretaria de Estado da Casa Militar - CASA MILITAR  
 Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM  
 Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA  
 Secretaria de Estado da Educação - SEDUC  
 Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
 Secretaria de Estado da Retomada - RETOMADA  
 Secretaria de Estado da Saúde - SES  
 Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP  
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI  
 Secretaria de Estado de Cultura - SECULT  
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS  
 Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL  
 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços - SIC  
 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
 Secretaria de Estado de Relações Institucionais - SERINT  
 Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal - SEDF  
 Secretaria do Governo - SEGOV

	Secretaria-Geral de Governo - SGG Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCM Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO Universidade Estadual de Goiás - UEG Vice-Governadoria - VICEGOV Órgão de Defesa do Consumidor - PROCON
Categoria	Servidor Público